



INSCREVA-SE

PRESENCIAL - PORTO ALEGRE-RS

CÓDIGO - 0026/0604

CURSO ANIVERSÁRIO INLEGIS - 5 DIAS

0026/0604 – 61º ENCONTRO DE LEGISLATIVOS: ATUALIZAÇÃO, GESTÃO E SEGURANÇA JURÍDICA NA ATUAÇÃO PARLAMENTAR – (Módulo Estendido)

Para Vereadores, Diretores, Assessores e Servidores das Câmaras Municipais

DATA DE INÍCIO: 06/04/26

DATA DE CONCLUSÃO: 10/04/26

 Porto Alegre

Local: Local: Auditório do INLEGIS: Rua Jerônimo Coelho, 354

INSCREVA-SE VEJA O TEMÁRIO RESERVE HOTEL GERAR PDF DA PÁGINA 

Caso não gerar o PDF, solicite via WhatsApp (51) 99991.5809



SUGERIR O CURSO A UM COLEGA



61º ENCONTRO DE LEGISLATIVOS: ATUALIZAÇÃO, GESTÃO E SEGURANÇA JURÍDICA NA ATUAÇÃO PARLAMENTAR – MÓDULO ESTENDIDO

Este curso integra o 61º Encontro de Legislativos e é voltado a presidentes, vereadores, diretores e assessores que desejam atualizar sua atuação parlamentar com foco em gestão e segurança jurídica. Além de revisar atribuições do Legislativo, o curso aborda organização de gabinete, rotinas de fiscalização, análise de contratos e relacionamento com órgãos de controle. Ao longo do curso, são trabalhados temas como principais apontes dos Tribunais de Contas, prevenção de irregularidades, vedações em ano eleitoral e boas práticas de documentação. Também se discutem comunicação institucional, transparência, uso de ferramentas digitais e integração entre política, técnica e responsabilidade na tomada de decisões. Por fim, o curso oferece uma visão ampliada e prática para fortalecer o desempenho do mandato, reduzir riscos pessoais e proteger a imagem da Câmara Municipal.



METODOLOGIA

Aula expositiva e debates. Essa abordagem permite uma compreensão aprofundada dos temas.



INVESTIMENTO

R\$ 1690,00

Retenção IRRF

Informamos que o INLEGIS não faz mais parte do regime do Simples Nacional. Em razão disso, passa a ser obrigatória a retenção do IRRF. O boleto será emitido com o valor do IRRF devidamente descontado.



CARGA HORÁRIA

Este curso tem duração de 22h aula, e será emitido certificado ao final do treinamento para quem cumprir mínimo de 75%. Os participantes do curso recebem certificado de participação. Nossos certificados podem ser usados para comprovação de horas extra curriculares em faculdades e cursos.



PROGRAMAÇÃO

Segunda-Feira:

10h – Credenciamento, Retirada de Material
14h:00min – 16h00min: Turno de Aula

Terça-feira:

09h – 11h:50min: Turno de Aula
14h – 17h: Turno de Aula

Quarta-feira:

09h – 11h:50min: Turno de Aula
14h – 17h: Turno de Aula

Quinta-feira:

09h – 11h:50min: Turno de Aula
14h – 17h: Turno de Aula



DADOS DE EMPENHO

INLEGIS – Consultoria e Treinamento
CNPJ: 30.050.141/0001-80.

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 608.267.2.0

ENDEREÇO: Rua Jerônimo Coelho, 354, centro, Porto Alegre

EMAIL: financeiro@inlegis.com.br

FONE: 51-3015-5809

Política de Cancelamento:

Nos avise com 24h de antecedência. Não havendo



PÚBLICO ALVO

Interessados no tema em geral: Prefeito, Vice-Prefeitos e interessados em geral, Presidentes de Câmara, Vereadores, Assessores, Servidores, Agente Administrativo Legislativo, Chefes de Gabinete, Contadores, Tesoureiros, Técnicos Legislativos, Diretores de Departamento, Diretores de Câmaras, Secretários Municipais, Comissão de Orçamento, Prefeituras e Câmaras, Comissão de Licitação, Pregoeiro, Departamento de Compras, Departamento de Pessoal, Procuradores Jurídico, Secretaria de Administração, Controle Interno, Assessoria de Imprensa, Oficial de Gabinete, telefonista, recepcionista, atendimento ao público, técnico de informática e setor de informática, técnico em contabilidade, Atendimento Procons

Sexta-feira:
08h:30min – 10:30h: Turno de Aula
11h: Entrega do Certificado.

cancelamento nesse prazo, **poderá ser cobrada taxa.** Cursos gratuitos não têm taxa. Para cancelar:
(51) 9999.15809 – Chamar no WhatsApp

Municipais, Serviços Gerais e demais profissionais interessados no tema.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA DATA? CADASTRE-SE

QUERO ME CADASTRAR 

MAIS INFORMAÇÕES



KIT DE BOAS VINDAS

Atenção! **Somente os primeiros inscritos** com inscrição confirmada receberão um exclusivo kit de boas-vindas. Este kit inclui uma mochila de couro s. elegante, uma garrafa térmica de água e um bloco de anotações. Não perca essa oportunidade única de garantir seu kit especial. Inscreva-se agora e garanta seus brindes!



PRINCIPAIS PALESTRAS

Conheça nossos instrutores: especialistas renomados com vasta experiência em suas áreas, prontos para compartilhar conhecimentos valiosos e práticas inovadoras. Aproveite essa oportunidade única de aprendizado e crescimento!

EVENTO PRESENCIAL

A energia de um evento presencial com várias surpresas que preparamos para você será uma experiência indescritível!

NOVAS PALESTRAS

Todas as Palestras trazidas neste seminário são inteiramente inéditas em nossa grade. Informação inédita e atual.

TEMAS RELEVANTES

Nossa equipe pensou em cada tema e como ele poderá contribuir para o desenvolvimento Municipal. Temas de relevância e atuais.

MAIS DE 20 PALESTRAS

Para este Grande Evento o INLEGIS convidou + de 20 palestrantes, todos com vários anos de atuação e referência em seu campo de conhecimento

PALESTRAS - EM CONSTRUÇÃO

**PRESEÇA
CONFIRMADA**



SENADOR LUIS CARLOS HEINZE

Luis Carlos Heinze é Senador da República pelo Rio Grande do Sul desde 2019. Foi prefeito de São Borja entre 1993 e 1996 e deputado federal por cinco mandatos consecutivos, de 1999 a 2019. Ao longo da carreira, tem atuação destacada em temas ligados ao desenvolvimento econômico e às pautas do setor produtivo.

NOVA PALESTRA

SENADOR LUIS CARLOS HEINZE

O PAPEL DO SENADO NO FORTALECIMENTO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Descrição:

Grande parte das decisões que impactam diretamente a realidade dos municípios nasce no Congresso Nacional, especialmente no Senado Federal. **Mudanças legislativas, distribuição de recursos, reformas institucionais e políticas públicas nacionais influenciam diretamente a gestão municipal.** Esta palestra apresenta como o Senado atua na formulação dessas políticas, quais são os principais debates que afetam os municípios e de que forma prefeitos, vereadores e gestores podem acompanhar e influenciar essas decisões.

Tópicos:

Competências do Senado Federal e sua influência nas políticas públicas municipais

Principais projetos e debates legislativos que impactam os municípios

O papel dos senadores na articulação de demandas municipais em Brasília

Como gestores e vereadores podem acompanhar e dialogar com o Senado para defender os interesses locais

**PRESENCAS
CONFIRMADA**

**DEPUTADOS
FEDERAIS E
ESTADUAIS**

PAINEL



POMPEO DE MATTOS

Deputado Federal



RODRIGO LORENZONI

Deputado Estadual



MARCUS VINÍCIUS

Deputado Estadual



GUSTAVO VICTORINO

Deputado Estadual



DEPUTADA DELEGADA NADINE

Deputada Estadual



GUILHERME PASIN

Deputada Estadual



RONALDO SANTINI

Deputado Estadual



EDIVILSON BRUM

Deputado Estadual



DEPUTADO TIAGO CADÓ

Deputado Estadual



• • • • •

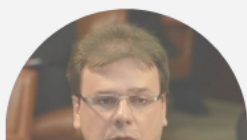
NOVA PALESTRA

CONSÓRCIOS MUNICIPAIS

CONSÓRCIOS MUNICIPAIS: A VISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS SOBRE GOVERNANÇA, LEGALIDADE E RESULTADOS

Descrição:

Os consórcios públicos têm se consolidado como uma importante ferramenta de cooperação entre municípios para ampliar a capacidade de gestão, reduzir custos e viabilizar políticas públicas que isoladamente seriam difíceis de





CONSELHEIRO TCE - RENATO LUÍS BORDIN DE AZEREDO

Conselheiro TCE-RS, mestre em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Foi auditor público externo do TCE-RS de 2003 a 2014 e procurador do Município de Viamão de 1998 a 2003.

Experiência em processos de gestão, especialmente em relação a processos públicos que envolvam recursos de executar. No entanto, sua estrutura exige atenção rigorosa às normas de governança, transparência e controle, especialmente sob a ótica dos Tribunais de Contas. Esta palestra apresenta os principais pontos observados pelos órgãos de controle, os riscos mais comuns e as boas práticas que garantem segurança jurídica aos gestores e parlamentares.

Tópicos:

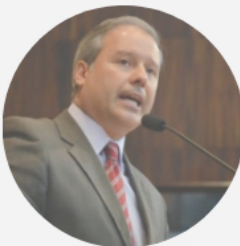
Fundamentos legais dos consórcios públicos: Lei nº 11.107/2005 e Decreto nº 6.017/2007

Papel do Executivo e do Legislativo na criação, adesão e fiscalização de consórcios

Governança, planejamento e prestação de contas nos consórcios municipais

Principais apontamentos dos Tribunais de Contas e riscos de irregularidades

Boas práticas para garantir eficiência, transparência e segurança na gestão consorciada



PAULO BORGES

O Homem do Tempo na RBS, Jornalista, Deputado Estadual e Diretor de comunicação na Assembleia Legislativa do RGS

NOVA PALESTRA

COMUNICAÇÃO E ORATÓRIA

COMUNICAÇÃO DESCONEXA: COMO ALINHAR MANDATO, EQUIPE E MENSAGEM

Descrição:

A ausência de alinhamento estratégico entre o mandato, a equipe e o público é um dos maiores fatores de desgaste político e perda de relevância institucional. Quando não há clareza de posicionamento e coerência na comunicação, surgem ruídos internos, retrabalho e uma imagem pública fragilizada. Esta palestra apresenta soluções práticas para estruturar uma comunicação estratégica, integrada e orientada a resultados, fortalecendo a atuação parlamentar e a conexão com a sociedade.

Tópicos:

Definição de mensagem central do mandato: propósito, prioridades e coerência institucional

Alinhamento entre político e equipe: papéis, fluxo de informação e cultura interna

Da comunicação reativa à estratégica: planejamento, calendário e antecipação de pautas

Equilíbrio entre operacional e narrativa: transformar ações em posicionamento

Segmentação de público: identificação de perfis, linguagem adequada e canais eficientes



EDUARDO LUCHESE

Advogado. Especialista em Direito Tributário pela Universidade de Franca - SP. Especialista em Direito do Estado pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul (UFRGS -RS). Experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo, Constitucional e Tributário

NOVA PALESTRA

VALE ALIMENTAÇÃO PARA VEREADOR

VALE-ALIMENTAÇÃO PARA VEREADORES: O QUE DIZ O TRIBUNAL DE CONTAS E QUAIS SÃO OS LIMITES LEGAIS

Descrição:

A concessão de vale-alimentação para vereadores é um tema que gera dúvidas frequentes nas Câmaras Municipais e tem sido objeto de análise pelos Tribunais de Contas. A ausência de critérios claros pode gerar apontamentos, responsabilização de gestores e questionamentos sobre legalidade e moralidade administrativa. Esta palestra apresenta o entendimento predominante do Tribunal de Contas, os fundamentos jurídicos debatidos nos tribunais e quais cuidados o Legislativo deve observar para evitar irregularidades.

Tópicos:

Natureza jurídica do cargo de vereador e diferenças em relação aos servidores públicos

Entendimento do Tribunal de Contas sobre a possibilidade de concessão de vale-alimentação

Requisitos legais para eventual concessão: lei específica?, critérios e limites

Principais riscos apontados pelos órgãos de controle e casos analisados pelos tribunais

Boas práticas para Câmaras Municipais que pretendem discutir ou implementar o benefício



NOVA PALESTRA

PREPARAÇÃO PARA CHEIAS E TEMPORAIS

PREVENÇÃO DE DESASTRES EM PERÍODOS DE CHUVAS: COMO OS MUNICÍPIOS DEVEM SE PREPARAR, AGIR E RESPONDER COM EFICIÊNCIA



JOSÉ FORTUNATI

Deputado estadual e federal, duas vezes vice-prefeito de Porto Alegre, secretário estadual da Educação e secretário municipal do Planejamento, além de secretário Extraordinário da Copa de 2014. No seu segundo mandato como vice-prefeito, em 2008, Fortunati assumiu o comando da Prefeitura de Porto Alegre, onde foi reeleito

Descrição:

Enchentes, deslizamentos e alagamentos têm causado prejuízos cada vez maiores aos municípios, especialmente quando não há planejamento preventivo e protocolos claros de resposta. Muitas administrações enfrentam dificuldades na tomada de decisões rápidas, na coordenação entre setores e na adoção de medidas emergenciais dentro da legalidade. Esta palestra apresenta orientações práticas para que gestores e legisladores atuem na prevenção de tragédias, na preparação das equipes e na organização de respostas rápidas e eficientes em situações de crise.

Tópicos:

Planejamento preventivo: mapeamento de áreas de risco, monitoramento e planos de contingência

Papel do Executivo e do Legislativo na prevenção e fiscalização de políticas de proteção e defesa civil

Protocolos de atuação em situações emergenciais: quem decide, quem executa e como agir rapidamente

Contratações emergenciais, decretos de calamidade e segurança jurídica das decisões

Coordenação entre secretarias, Defesa Civil, comunidade e órgãos estaduais para respostas eficientes



ANTÔNIO AUGUSTO MAYER DOS SANTOS

Advogado, Autor (11 livros), Palestrante, Consultor eleitoral, Professor de Direito Eleitoral e Improbidade Administrativa, Articulista em boletins especializados, periódicos, revistas e sites jurídicos, ex-professor de Teoria Geral do Estado, Membro-Consultor da Comissão Especial de Direito Eleitoral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB/2018), Presidente da Comissão Especial de Direito Eleitoral da Seccional da OAB do Rio Grande do Sul (2014/2015), Membro do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral (IBRADE).

NOVA PALESTRA

ELEIÇÕES 2026

ANO ELEITORAL: PRINCIPAIS CUIDADOS PARA PREFEITOS, VEREADORES E SERVIDORES EVITAREM IRREGULARIDADES

Descrição:

O ano eleitoral impõe uma série de restrições à atuação de agentes públicos, especialmente quanto ao uso da máquina administrativa, comunicação institucional e realização de atos que possam ser interpretados como promoção pessoal. Muitos gestores e parlamentares acabam sendo investigados ou penalizados por desconhecimento das regras eleitorais. Esta palestra apresenta orientações práticas sobre as principais vedações previstas na legislação eleitoral e como conduzir a gestão pública com segurança jurídica durante o período eleitoral.

Tópicos:

Condutas vedadas aos agentes públicos em ano eleitoral segundo a legislação e a Justiça Eleitoral

Uso da comunicação institucional e redes sociais: limites e cuidados necessários

Participação de prefeitos, vereadores e servidores em eventos e atos públicos

Publicidade institucional, inaugurações e divulgação de ações governamentais

Riscos de responsabilização, cassação e sanções eleitorais: como prevenir irregularidades



DEPUTADO TIAGO CADÓ

Tiago Cadó é um político brasileiro, filiado ao PDT, atuante no Rio Grande do Sul. Nascido em São Borja, RS, possui formação superior completa e atua como professor de ensino médio, com foco no desenvolvimento socioeconômico regional e do estado. Ele se destacou nas eleições de 2022 como candidato a deputado estadual.

NOVA PALESTRA

POLÍTICAS PÚBLICAS EFETIVAS

DO INTERIOR AO PARLAMENTO: COMO TRANSFORMAR DEMANDAS DA COMUNIDADE EM POLÍTICAS PÚBLICAS EFETIVAS

Descrição:

Prefeitos, vereadores e lideranças locais convivem diariamente com demandas da comunidade que nem sempre conseguem se transformar em ações concretas do poder público. A falta de articulação institucional, planejamento e conhecimento dos caminhos políticos e administrativos acaba impedindo que necessidades reais se convertam em políticas públicas. Esta palestra apresenta como transformar as demandas da população em propostas estruturadas, capazes de avançar nos espaços de decisão e gerar resultados efetivos para os municípios.

Tópicos:

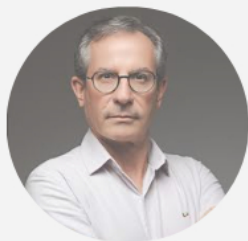
Como identificar e organizar as principais demandas da comunidade

Da reivindicação à política pública: caminhos institucionais e estratégias de articulação

O papel do Legislativo na construção e encaminhamento de soluções para os municípios

Relacionamento com governos estaduais e federais para viabilizar projetos e recursos

Experiências práticas de transformação de demandas locais em políticas públicas concretas



JOEL - GESTOR UM

Atuário, Pós-Graduado em Auditoria e Perícia, especialista em Previdência Pública e Privada, atuando desde 1989 nos diferentes sistemas de previdência. Desde 1998 atua junto aos RPPS, com o atendimento de mais de 160 RPPS no RS e Brasil. Consultor de Valores Mobiliários autorizado pela CVM desde 2014, tendo mais de 10 anos de atuação nessa área.

NOVA PALESTRA

RPPS

REFORMA DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL: COBRANÇAS DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E DO TCE/RS E OS DESAFIOS PÓS-EC N° 136

Reforma da Previdência Municipal: Cobranças do Ministério da Previdência e do TCE/RS e os Desafios Pós-EC n° 136

Descrição:

Com a não aprovação da obrigatoriedade prevista na EC n° 136, os municípios permanecem responsáveis por conduzir suas próprias reformas previdenciárias, sob maior vigilância do Ministério da Previdência e do TCE/RS. Nesta aula, são analisadas as exigências legais, os prazos e os impactos administrativos dessa nova realidade, além de estratégias práticas para prefeitos e gestores estruturarem seus projetos de reforma de forma técnica, sustentável e em conformidade com as normas federais.

Tópicos:

- **Cenário pós-EC n° 136:** implicações da não obrigatoriedade e autonomia municipal para conduzir reformas.
- **Cobranças dos órgãos de controle:** orientações recentes e prazos definidos pelo Ministério da Previdência e TCE/RS.
- **Adequação dos RPPS:** ajustes nas regras de aposentadoria, alíquotas de contribuição e equilíbrio atuarial.
- **Desafios políticos e técnicos:** tramitação legislativa, diálogo com servidores e necessidade de pareceres especializados.
- **Riscos da inércia administrativa:** apontamentos do TCE, irregularidades previdenciárias e bloqueio de certidões e transferências.



EDISON IMAR OLIVEIRA MELLO

Auditor Aposentado do TCE-RS, Economista, Professor Universitário. Consultor de INLEGIS

NOVA PALESTRA

APONTAMENTOS DO TCE

RESOLUÇÃO N° 1.216 DO TCE-RS E AS EMENDAS IMPOSITIVAS MUNICIPAIS: REGRAS, LIMITES E RESPONSABILIDADES

Descrição:

As emendas impositivas têm ampliado o protagonismo do Poder Legislativo na definição de prioridades orçamentárias nos municípios. Contudo, sua aplicação exige atenção às regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas, especialmente após a Resolução n° 1.216 do TCE-RS, que trouxe orientações e parâmetros para a correta execução dessas emendas. A falta de planejamento, controle e transparência pode gerar apontamentos, rejeição de contas e responsabilização dos gestores. Esta palestra apresenta os principais cuidados que vereadores e gestores devem observar para garantir segurança jurídica e efetividade na execução das emendas impositivas.

Tópicos:

- Fundamentos das emendas impositivas municipais e sua previsão na Constituição
- Principais diretrizes da Resolução n° 1.216 do TCE-RS
- Papel do Legislativo na indicação e acompanhamento das emendas
- Responsabilidades do Executivo na execução orçamentária e financeira
- Riscos mais comuns apontados pelo Tribunal de Contas e boas práticas para evitar irregularidades



CAROLINE TURRI

Caroline Turri é advogada com ampla experiência em Direito Público, Direito Eleitoral, Direito Digital, Contratos Administrativos e Compliance. Atuou como

NOVA PALESTRA

AUTISMO E OUTRAS NEURODIVERGÊNCIAS

AUTISMO (TEA) E OUTRAS NEURODIVERGÊNCIAS: RESPONSABILIDADES DOS MUNICÍPIOS NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

Descrição:

A ampliação das políticas públicas voltadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a outras neurodivergências tem gerado novas responsabilidades para os municípios, especialmente nas áreas de educação, saúde e assistência social. Muitos gestores e legisladores enfrentam dúvidas sobre como estruturar políticas inclusivas, cumprir a legislação e evitar omissões que podem gerar responsabilização administrativa e judicial. Esta palestra apresenta as principais normas aplicáveis e orienta como os municípios podem organizar políticas públicas eficazes de inclusão, atendimento e garantia de direitos.

Tópicos:

- Legislação nacional sobre autismo e neurodivergências e seus impactos nos municípios

Coordenadora Jurídica na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM), além de ter exercido funções estratégicas na METROPLAN, com foco em convênios, licitações, pareceres jurídicos e controle de legalidade perante órgãos de controle como a CAGE e o TCE. Possui pós-graduação em Direito Público com ênfase em Direito Constitucional

Responsabilidades do poder público municipal nas áreas de saúde, educação e assistência

Estruturação de políticas públicas de inclusão e atendimento especializado

Papel do Legislativo na criação de leis e fiscalização das políticas de inclusão

Boas práticas municipais para ampliar o atendimento e evitar judicialização de demandas



PROF. MS CLEBER NASCIMENTO

Servidor TCE-RS, há 25 anos Possui graduação em Administração pela Faculdade Porto Alegrense de Ciências Contábeis e Administração (1990) e segunda formação em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004). Mestre em Gestão Pública – Universidade Luterana/RS. Mestre em Contabilidade pela Unisinos.

NOVA PALESTRA

LIMITE DE DESPESAS

PRINCIPAIS APONTAMENTOS DO TRIBUNAL DE CONTAS: O QUE GESTORES E VEREADORES PRECISAM SABER PARA EVITAR PROBLEMAS NA GESTÃO

Descrição:

Grande parte das irregularidades apontadas pelos Tribunais de Contas decorre de falhas recorrentes de gestão, muitas vezes causadas por desconhecimento das normas ou ausência de controles internos eficientes. Prefeitos, vereadores e equipes técnicas precisam compreender quais são os principais pontos de fiscalização para prevenir apontamentos, evitar responsabilizações e garantir uma administração segura. Esta palestra apresenta um panorama atualizado das principais falhas identificadas pelo Tribunal de Contas e orientações práticas para conduzir a gestão pública com mais tranquilidade e segurança jurídica.

Tópicos:

- Principais apontamentos do Tribunal de Contas em fiscalizações recentes
- Falhas recorrentes em licitações, contratos e execução orçamentária
- Problemas frequentes em diárias, cargos em comissão e gastos públicos
- Importância do controle interno e da organização documental
- Boas práticas administrativas para reduzir riscos e evitar responsabilização de gestores e vereadores



THAIS KRAHN

Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), onde também exerce a função de Coordenadora da Assessoria da Ouvidoria. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e especialista em Direito Tributário pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atuou como Chefe da Consultoria Jurídica da METROPLAN – Com mais de uma década de experiência na docência.

NOVA PALESTRA

13º SUBSÍDIO E TERÇO DE FÉRIAS

PAGAMENTO DE 13º SUBSÍDIO E TERÇO DE FÉRIAS A AGENTES POLÍTICOS – NOVO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Descrição:

Estudos de casos e entendimentos dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Contas para prevenir irregularidades e corrigir erros frequentes na administração pública. Foco prático em agentes políticos, gestão de pessoal, licitações e contratos.

Tópicos:

- Agentes políticos: 13º subsídio e terço de férias — novo entendimento do TCE-RS, fundamentos, efeitos e cautelas;
- Gestão de pessoal: acumulação de cargos, teto remuneratório, frequência/carga horária, horas extras, contratações temporárias, diárias, nepotismo, pagamento de insalubridade sem laudo;
- Licitações e contratos: configuração de erro grosseiro, riscos mais frequentes.
- Jurisprudência aplicada: leading cases STF/STJ/TCEs, enunciados/súmulas e parâmetros para tomada de decisão.

NOVA PALESTRA

ASSESSORAMENTO EFICIENTE

PEDIDOS DE INFORMAÇÃO E A AUSÊNCIA DE RESPOSTA DO PREFEITO: RESPONSABILIDADE, CONSEQUÊNCIAS E MEDIDAS CABÍVEIS

Descrição:

A gestão de crises é uma competência indispensável para municípios que enfrentam situações inesperadas como





GUILHERME STUMPF

Advogado, formado pela UFRGS, especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública pela Fundação do Ministério Público, mestrando em Direito pela UFRGS. Atuou como assessor da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre entre 2017 e 2020. Atualmente, é assessor jurídico na Câmara Municipal de Porto Alegre.

desastres naturais, falhas administrativas, escândalos institucionais ou interrupções de serviços essenciais. **Esta palestra apresenta os fundamentos teóricos e práticos da gestão de crises no setor público**, com foco na prevenção, resposta rápida e mitigação de danos. O objetivo é capacitar gestores, vereadores e servidores a estruturarem planos de contingência eficientes, reduzindo impactos financeiros, jurídicos e reputacionais, assegurando continuidade administrativa e proteção do interesse público.

Tópicos:

Conceito de crise no setor público: diferenças entre risco, incidente e crise institucional

Mapeamento de riscos e análise de vulnerabilidades na administração municipal

Planejamento de contingências: estrutura, responsabilidades e protocolos de atuação

Comitê de crise: composição, tomada de decisão e fluxo de comunicação interna

Comunicação estratégica em momentos críticos: transparência, controle de danos e relação com imprensa e redes sociais

Continuidade dos serviços públicos essenciais: medidas emergenciais e respaldo jurídico

Responsabilidade do gestor em situações de crise: prevenção de improbidade e mitigação de riscos legais



VALÉRIA SARAIVA

Graduada em Comunicação Social com ênfase em Publicidade e Propaganda pela UFRGS, Pós-Graduada em Gestão de Vendas e Relacionamento com o Cliente. Presta Consultorias e Mentorias nas áreas de Marketing, Vendas, Gestão e Relacionamento com Clientes e Públicos. Experiência de mais de 15 anos em mídias e grandes empresas do Brasil, como Grupo O Boticário e Grendene, com atuação nas áreas de Gestão Estratégica de Marketing, Comunicação e Vendas.

NOVA PALESTRA

APLICATIVOS PARA O PODER PÚBLICO MODERNO

ORGANIZAÇÃO DE GABINETES: FERRAMENTAS E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA UMA GESTÃO EFICIENTE

Descrição:

A rotina de um gabinete legislativo exige organização, agilidade e boa gestão de informações. Nesta aula, são apresentadas ferramentas e aplicativos que otimizam o trabalho das equipes parlamentares, desde o agendamento de compromissos e reuniões até o uso da inteligência artificial para automatizar tarefas, gerar relatórios e aprimorar a comunicação com a comunidade. O objetivo é transformar o gabinete em um espaço mais produtivo, colaborativo e inovador.

Tópicos:

- **Gestão de agenda e reuniões:** aplicativos para controle de compromissos, pautas e atas de encontros
- **Organização de tarefas e documentos:** plataformas digitais para fluxo de trabalho e armazenamento seguro de informações
- **Inteligência artificial aplicada:** automação de e-mails, elaboração de discursos e análise de dados legislativos
- **Comunicação integrada:** ferramentas de relacionamento com a comunidade e gestão de redes sociais oficiais
- **Produtividade e colaboração:** soluções que promovem o trabalho em equipe e o acompanhamento de resultados em tempo real

26º ENCONTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

Planejamento, orçamento, enfrentamento à violência, indicadores, prestação de contas e liderança feminina.

Auxílio estratégico com experiências exitosas e participação de convidadas. Inscreva-se.

INLEGIS

Prêmios Incentivos Ganham, milhões de presente estão.

Início:
16/03/2026

Encerramento:
20/03/2026

1026/1603 – 26º ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES:

Diagnóstico e Priorização de Demandas Locais; Planejamento, Orçamento e Captação de Recursos; Implementação Intersetorial e Fluxos de Atendimento; Prevenção e Enfrentamento à Violência com Rede Integrada;

CURSO 5 DIAS

CURSO INTENSIVO DE 5 DIAS – 22H AULA

Imersão completa para o setor público

Cinco dias de treinamento para transformar conhecimento em ação, com exercícios práticos e simulações reais de discursos e debates no ambiente legislativo.

INLEGIS

Início:
16/03/2026

Encerramento:
20/03/2026

0026/1603 – ENCONTRO DE COMPETÊNCIAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS: O QUE VEREADORES, ASSESSORES E SERVIDORES PRECISAM DOMINAR PARA ENTREGAR RESULTADOS E SEGURANÇA JURÍDICA

Papel da Câmara na Gestão Pública; Fiscalização, Requerimentos e Pedidos de Informação; Comunicação

FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

NOVA LEI DE LICITAÇÕES: GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Promulgação, aditivos, sanções, rescisão e responsabilidade subsidiária

Inscreva-se e finalize o ano com processos contratuais regulares e auditáveis.

INLEGIS

Início:
17/03/2026

Encerramento:
20/03/2026

2026/1703 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: PORTAL DE CONTRATAÇÕES, AI E RELATORIO TCE

Portal de Compras Públicas, Uso da AI na fase interna (ETP, TR e minutas); apoio na pesquisa de preços e análises; riscos e cautelas na utilização de AI; fiscalização e gestão do

ENCONTRO DE COMPETÊNCIAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

Fiscalização, pedidos de informação, comissões, pareceres, apontes do TCE e comunicação institucional.

Curso indispensável para entregar resultados e segurança jurídica. Garanta sua vaga.

INLEGIS

Início:
17/03/2026

Encerramento:
20/03/2026

0026/1703 – ENCONTRO DE COMPETÊNCIAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS: O QUE VEREADORES, ASSESSORES E SERVIDORES PRECISAM DOMINAR PARA ENTREGAR RESULTADOS E SEGURANÇA JURÍDICA

Papel da Câmara na Gestão Pública; Fiscalização, Requerimentos e Pedidos de Informação; Comunicação

26º ENCONTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

Planejamento, orçamento, enfrentamento à violência, indicadores, prestação de contas e liderança feminina.

Auxílio estratégico com experiências exitosas e participação de convidadas. Inscreva-se.

INLEGIS

Prêmios Incentivos Ganham, milhões de presente estão.

Início:
17/03/2026

1026/1703 – ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES:

Diagnóstico e Priorização de Demandas Locais; Planejamento, Orçamento e Captação de Recursos; Implementação Intersetorial e Fluxos de Atendimento; Prevenção e Enfrentamento à Violência com Rede Integrada;

Monitoramento, Indicadores e Prestação de Contas; Experiências Exitosas e Ferramentas Práticas para o Município, Inteligência Artificial, liderança feminina, participação política,- Participação de Deputadas Estaduais Convidadas

CÓDIGO: 1026/1603 - PRESENTE ESPECIAL PRIMEIRAS INSCRITAS

 ENVIAR

Informação; Comissões, Pareceres e Organização Interna; Apontes do TCE e Prevenção de Irregularidades, Assessoramento, Comissões e Pareceres; Transparência, Comunicação Institucional

CÓDIGO: 0026/1603

 ENVIAR

iscalização e gestão de contratos; medições, entregas e registro de ocorrências; sanções e gestão de riscos; uso prático dos portais de compras públicas; transparência e boas práticas na lei 14.133/2021

CÓDIGO: 2026/1703 (MÓDULO AVANÇADO)

 ENVIAR

Informação; Comissões, Pareceres e Organização Interna; Apontes do TCE e Prevenção de Irregularidades, Assessoramento, Comissões e Pareceres; Transparência, Comunicação Institucional

CÓDIGO: 0026/1703

 ENVIAR

Monitoramento, Indicadores e Prestação de Contas; Experiências Exitosas e Ferramentas Práticas para o Município, liderança feminina, participação política, Deputadas Estaduais Convidadas

CÓDIGO: 1026/1603 - PRESENTE ESPECIAL PRIMEIRAS INSCRITAS



Começar uma conversa no WhatsApp

Outras opções de cursos:

